Despacho de encaminhamento da CBEX ao MP/TCU, VIA SCBEX/ADGECEX

TC 025.758/2013-6

Autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – CADIRREG, de que trata o §1º do artigo 1º da Resolução – TCU 113/1998, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Scbex/Adgecex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Alcântara Projetos e Construções Ltda	9/3/2013	3940/2012-TCU-2ª Câmara
Danilo Jorge Trinta Abreu	21/8/2012	

Ressalto que a notificação do Acórdão nº 3940/2012 – TCU – 2ª Câmara para a empresa Alcântara Projetos e Construções Ltda foi efetivada diretamente por edital pelos seguintes motivos: 1) na fase de citação da referida empresa foi encaminhado o Ofício 114/2010-TCU/SECEX-MA para o endereço da base CPF/RFB, qual seja, “Rua da Rampa, nº 1, Centro, São José de Ribamar/MA”, sendo que o aviso de recebimento retornou com a informação de que “não existe o nº”, e após prolação do Acórdão condenatório 3490/2012 – TCU – 2ª Câmara, o endereço da empresa na base CPF/RFB permanecia o mesmo, e não localizamos endereço diverso da empresa em outras consultas realizadas; 2) no tocante à tentativa de notificar por via postal o representante legal da empresa, Sr. Leonardo Soares Dourado, informo que no TC 002.112/2006-5 no qual a Alcântara Projetos também é responsável foi encaminhado o Ofício nº 3020/2011 – TCU/SECEX-MA para o endereço do representante constante no Sistema CPF/RFB, qual seja, “Rua Guriatans, nº 14, Renascença, CEP: 65.076-000, São Luis-MA”, sendo que o Aviso de Recebimento retornou com a informação “não existe o número indicado”. Considerando que o endereço do representante legal permanecia o mesmo no Sistema CPF/RFB e não localizamos endereço diverso em outras bases, por motivo de economia processual não encaminhamos ofício de notificação do Acórdão 3940/2012-TCU – 2ª Câmara para o representante legal.

No que tange à notificação do responsável Danilo Jorge Trinta Abreu esclareço que na fase de citação foi encaminhado o Ofício 112/2012-TCU/SECEX-MA para o endereço constante no Sistema CPF/RFB, qual seja, “Rua do Lago do Junco, 13, Quintas do Calhau, Calhau, São Luis-MA”, sendo que o Aviso de Recebimento retornou com a informação “mudou-se”. Após prolação do acórdão condenatório, considerando que o endereço do responsável permanecia o mesmo da base CPF/RFB, localizamos novo endereço no site “102 Busca”, qual seja, “Rua Iate, 5, Quadra 15, Araçagy, São Luis-MA” e enviamos o Ofício de notificação 1656/2012-TCU/SECEX-MA para este endereço, sendo que o Aviso de Recebimento retorno com a assinatura do receptor “Renato Trinta Abreu”, nos levando à convicção de que o responsável foi devidamente notificado.

Secex-MA, em 18 de novembro de 2013

(Assinado eletronicamente)

Marcileia Alves de Oliveira Barros

Assessora

(com delegação de competência conferida pela Portaria-Secex-MA 12 /2013).